

# **A AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE IRARÁ-BA**

**Juliane da silva santos<sup>1</sup>; Vanessa da Silva Vieira<sup>2</sup>.**

1. Bolsista PROBIC\_UEFS, Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: silvasantosjuliane@yahoo.com.br
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: vsvuefs@gmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas.

## **Introdução**

Pensar a agricultura familiar como oportunidade para o desenvolvimento territorial tem sido uma discussão presente no campo da geografia, sobretudo no que se refere a proposições de ações, que visam o seu melhoramento. O governo do Estado da Bahia, a partir do Plano Plurianual (PPA), do quadriênio 2008-2012, propôs alguns programas e projetos que, do ponto de vista oficial, tem por objetivo à melhoria da agricultura familiar. Tais programas, nesse caso, podem tornar-se um mecanismo de desenvolvimento de seus respectivos territórios, principalmente em localidades como o município de Irará, onde a maior parte de sua população depende dos rendimentos da agricultura familiar.

Diante disto, este resumo apresenta os resultados finais da pesquisa de iniciação científica realizada pelo Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), que por sua vez teve por objetivo identificar as estratégias políticas de desenvolvimento territorial, implementadas pelo governo para ampliação da agricultura familiar no município de Irará.

## **Matérias e métodos**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse resumo está dividida em três etapas. Primeiramente foi realizada revisão de literatura tratando dos conceitos de políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Na segunda etapa foram realizadas no município de Irará, entrevista com Secretário de Agricultura de Irará e aplicação de questionário com a diretora da associação comunidade Saco do Capim.

A escolha de tal comunidade partiu da perspectiva que esta é uma das mais “desprovida” em relação ao número de programas de fomento a agricultura do município. Por conta disso, reconheceu-se a importância de aprofundar o conhecimento sobre sua realidade, no tocante aos programas voltados para a agricultura familiar que ali são efetivados. Também se buscou “conhecer” a situação do pequeno produtor, os problemas enfrentados por estes e quais medidas poderiam ser realizada a fim de minimizar essa situação. Na terceira etapa foi realizado análise dos dados e informações obtidas em entrevista e aplicação de questionário que resultaram no relatório final e que aqui apresenta-se o resumo.

## **Análise e discussão dos resultados**

As políticas públicas são estratégias governamentais que visam dentre outros fatores o melhoramento da vida da população, seja em relação ao aspecto social, cultural ou econômico. Nesse sentido, a implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é um mecanismo importante na proposta de desenvolvimento para a zona rural.

O PPA é uma lei que institui de maneira regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da gerência pública. Ele deve conter programas e ações para o desenvolvimento integrado do território, tendo como guia um padrão de crescimento (PPA 2008-2011). Nesta perspectiva, o aprimoramento da agricultura familiar é importante para minimizar as disparidades sociais e para o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado, tendo em vista que a agricultura constitui uma atividade econômica tradicional e é reconhecida como um dos principais setores de criação de posto de trabalho e consolidação da economia em diversos municípios baianos.

O município de Iará foco desta pesquisa está localizado na mesorregião geográfica centro-norte Baiano, da microrregião de Feira de Santana e pertencente ao Território de Identidade Portal do Sertão. Este tem uma área de 5.796,51km<sup>2</sup> com uma população de 856,252 habitantes, sendo que apenas 190.883 estão na zona rural, segundo dado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB). A área cultivada neste Território é de aproximadamente 118.162 hectares, desmembrado em 17 municípios que são: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Iará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, que por sua vez constituem o Território de Identidade Portal do Sertão. Assim, com base no PPA (2008-2011) esta nova concepção de divisão territorial, teve o objetivo de identificar as necessidades da população a partir da realidade local e permitir o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Nas últimas décadas as políticas de desenvolvimento territorial, destinadas ao setor rural, passaram por transformações significativas derivadas, em sua grande maioria, da influência constante de movimentos sociais. Logo, o apoio à agricultura familiar é percebido enquanto uma tática para a dinamização de muitos territórios rurais brasileiros que estão em uma fase de estagnação e diminuição das oportunidades de geração de renda, o que tem ocasionado à migração de muitos destes pequenos produtores para os médios e grandes centros, em busca de uma melhor qualidade de vida. Nesta perspectiva, percebe-se que o Brasil vivencia uma crescente urbanização em seu território, porém o número de estabelecimentos rurais ainda é significativo. Tal situação foi identificada em Iará onde dos 27466 habitantes 16220 reside na zona rural, segundo dados do censo demográfico de 2006. Segundo dados do censo agropecuário (2006) foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Portanto, entende-se que a agricultura familiar brasileira precisa de mais apoio governamental, devido à sua importância no desenvolvimento do país, por ser capaz de promover uma dinamização econômica, preservar a identidade cultural e possibilitar fixação do pequeno produtor no campo, diminuindo as taxas de êxodo rural. Dessa forma são fundamentais os projetos e programas destinados à pequena produção como meio de promover o desenvolvimento dos pequenos municípios.

Considerando tais aspectos foi realizado um trabalho de campo no município de Iará com os seguintes objetivos específicos: identificar os principais programas direcionados para a agricultura familiar; identificar os impactos econômicos decorrentes da implantação de tais

programas e avaliar a participação dos agentes sociais ligados à agricultura familiar, na promoção do desenvolvimento territorial e econômico. O quadro 01 apresenta os programas identificados.

### Quadro 01. Programas presentes em Irará

CONAB	Campanha nacional de abastecimento	A CONAB é a agência oficial do Governo Federal, incumbida de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, objetivando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, resguardando e estimulando as estruturas de mercado.
PNAE	Programa nacional de alimento escolar	Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento. Sendo que no município de Irará parte dos alimentos provem da agricultura familiar.
PAA	Programa de aquisição de alimentos	É um ato do Governo Federal para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa emprega formas de comercialização que beneficiam a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, instigando os processos de agregação de valor à produção.
BOLSA ESTIAGEM	É um auxílio emergencial distribuído aos agricultores, com o objetivo de assistir familiares atingidas por desastres.	O Bolsa Estiagem é um benefício federal, com o objetivo de assistir famílias de agricultores familiares com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, atingidas por desastres nos municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.
SEMEANDO	Distribuição de sementes	A estratégia de ação do Programa Semeando é fomentar a produção de sementes de milho, feijão, etc, pelos agricultores familiares organizados em associações em parceria com a EBDA, para serem distribuídas nas safras de verão e inverno em todos os territórios do Estado.
SERTÃO PRODUTIVO	O Programa Sertão Produtivo, lançado pelo Governo do Estado da Bahia objetiva promover o desenvolvimento e inclusão social do semiárido	O Programa Sertão Produtivo, do Governo do Estado da Bahia, nasce como um marco na promoção do desenvolvimento e inclusão social do semiárido. Dentre as ações voltadas para o agricultor familiar da região, foi criado o Projeto de Fortalecimento da Agricultura Familiar através do Melhoramento Genético de Caprinos e Ovinos com a distribuição de matrizes e reprodutores, kits de ensilagem, dentre outras atividades.
GARANTIA SAFRA	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	O Garantia Safra caracteriza-se como uma ação solidária entre os agricultores e os três entes federativos (municípios, Estados e a União), tem o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda da safra.

Fonte: Entrevistas com secretário de agricultura municipal

Dos sete programas informados pelo secretário de agricultura, apenas um foi implantado na comunidade segundo informações fornecida pela diretora de associação. Segundo esta, há três anos houve a implantação do programa cabra forte, porém este não desenvolveu, pois ocorreu a perda dos animais fornecidos. A consequência foi o endividamento do pequeno produtor que participou do programa. Outro problema mencionado pela secretária é a questão do garantia safra, este disponível apenas ao produtor que tem a posse legal da terra e nem todos a possuem. Esta situação inviabiliza a ampliação do número de contemplados dos programas, diminuindo assim as oportunidades de se desenvolver em seu município. A referida situação favorece o empobrecimento das áreas rurais e o aumento das migrações para os médios e grandes centros, assim os impactos positivos na economia do município relacionado à implantação dos programas ficam comprometidos, uma vez que não houve uma distribuição de forma homogênea deste, tão pouco houve uma disponibilização de assistência técnica que promovesse um melhor aproveitamento dos programas que foram postos.

A participação dos agentes sociais interligados a agricultura familiar é importante para a promoção do desenvolvimento territorial equilibrado. Quando não há um diálogo direto entre governo e associações comunitárias, o “sucesso” fica comprometido, uma vez que não houve um entendimento mais profundo das necessidades e potencialidades endógenas.

### **Considerações Finais**

Portanto, levando em consideração a situação analisada no município de Irará, entende-se que o estudo da agricultura familiar não deve ser apenas analisada do ponto de vista da pequena produção, mas sim como forma de gerar emprego e renda, promovendo desta forma o desenvolvimento

Após a pesquisa considera-se que cinco questões, pelo menos, devem ser destacadas:

- Deve-se fortalecer a capacidade de gerar renda a partir do cultivo e venda para o consumo interno e externo e a capacidade de criar empregos;
- O número de programas existentes no município de Irará é insuficiente para atender a demanda do contingente populacional, visto que há comunidades carentes desse auxílio como é o caso da comunidade Saco do Capim;
- A assistência técnica disponibilizada é insuficiente para atender à necessidade do pequeno produtor, sendo que a questão da posse legal da terra e o endividamento do pequeno produtor ainda consiste num problema significativo para o município;
- Uma das alternativas para melhor equacionar as dificuldades identificadas refere-se à legalização da terra, o que irá ampliar o número de agricultores contemplados
- É, também, fundamental, a disponibilização de forma homogênea dos projetos e programas e maior envolvimento da sociedade civil organizada na tomada de decisão.

### **REFERÊNCIAS**

Caderno do PPA Participativo. Construir a democracia cidadã 2008-2011. Disponível em:[http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte08-10-2008\\_163525.pdf](http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte08-10-2008_163525.pdf) Acesso em: 8/9/12

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm)> . Acesso em: 6/8/12

FAEB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia. Disponível em:<<http://faeb.org.br/perfil-de-territorios/portal-do-sertao.html>>Acesso em :10/10/2012

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=0>